



ISSN 1988-7833
<https://doi.org/10.51896/ccs>

CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex IDEAS EconPapers Dialnet MIAR Scúpira

AS PERCEPÇÕES DOS DIRETORES DE CRECHE SOBRE A INTERAÇÃO DAS CRIANÇAS COM A NATUREZA

Maria Isabel Bezerra de Lima

Mestre em Educação. Universidade Municipal de São Caetano do Sul

ORCID

maria.isabel4829@terra.com.br

Paulo Sérgio Garcia

Pós-Doutor em Educação. Universidade Municipal de São Caetano do Sul

ORCID

paulo.garcia@prof.uscs.edu.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Maria Isabel Bezerra de Lima y Paulo Sérgio Garcia: "As percepções dos diretores de creche sobre a interação das crianças com a natureza", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (Vol 1, Nº 8 octubre-diciembre 2021, pp. 236-253). En línea:

<https://doi.org/10.51896/CCS/RIVG9528>

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a percepção dos diretores escolares e as indicações presentes nos documentos oficiais das escolas sobre a interação das crianças com a natureza, nas creches da cidade de Santo André. A metodologia qualitativa foi utilizada, a partir de entrevistas com os diretores e análise de documentos oficiais das escolas. Os resultados indicaram que os documentos continham elementos de interação das crianças com natureza, todavia de forma mais subentendida do que explícita. Neste contexto, a interação era vista como um elemento pedagógico procedimental, um meio para se dar conta de um conteúdo. Os diretores sinalizaram, por um lado, que a interação da criança com a natureza é fundamental e que ela acontecia cotidianamente na creche, por outro, indicaram a falta de espaços para promover essa interação. Esses profissionais também indicaram as dificuldades para realização de ações relativas à interação associadas ao âmbito da escola e dos professores. Os dados desta presente pesquisa podem ser utilizados para promover discussões no nível do sistema, nas secretarias de educação, no nível escolar, entre os gestores, e na sala de aula, entre os professores.

Palavras-chave: Educação Infantil, Educação Ambiental, Diretores, Interação, Natureza.

LAS PERCEPCIONES DE LOS DIRECTORES INFANTILES SOBRE LA INTERACCIÓN DE LOS NIÑOS CON LA NATURALEZA

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar la percepción de los directores de escuela y las

indicaciones presentes en los documentos oficiales de las escuelas sobre la interacción de los niños con la naturaleza, en las guarderías de la ciudad de Santo André. Se utilizó metodología cualitativa, basada en entrevistas con directores y análisis de documentos oficiales de las escuelas. Los resultados indicaron que los documentos contenían elementos de la interacción de los niños con la naturaleza, sin embargo, de una manera más implícita que explícita. En este contexto, la interacción fue vista como un elemento pedagógico procedimental, un medio para tomar conciencia de un contenido. Los directores señalaron, por un lado, que la interacción del niño con la naturaleza es fundamental y que sucedía a diario en la guardería, por otro, señalaron la falta de espacios para promover esta interacción. Estos profesionales también señalaron las dificultades para llevar a cabo acciones relacionadas con la interacción asociadas al ámbito de la escuela y los docentes. Los datos de esta investigación se pueden utilizar para promover discusiones a nivel del sistema, en los departamentos de educación, a nivel de la escuela, entre los administradores y en el aula, entre los maestros.

Palabras clave: Educación Infantil, Educación Ambiental, Directores, Interacción, Naturaleza.

THE PERCEPTIONS OF DAYCARE DIRECTORS ABOUT THE INTERACTION OF CHILDREN WITH NATURE

ABSTRACT

This study aims to analyze school principals' perceptions and the official documents orientations on the children' interaction with nature, in daycare centers in the city of Santo André, São Paulo, Brazil. The qualitative methodology was used, using interviews with principals and document' analyses. The results indicate that the documents contain elements of children's interaction with nature, however in a more implied than explicit way. In this context, interaction was more based on utilitarian and content elements. The principals indicate, on the one hand, that the child's interaction with nature is fundamental and that it usually happens in the daycare center; on the other, they indicate a lack of spaces to promote this interaction. These professionals indicated as difficulties, in carrying out actions related to the interaction, the scope of school environment and those associated to teachers. The data from this research can be used to promote discussions at the system level, at the department of education, at the school level, among principals, and in the classroom, among teachers.

Keywords: Early Childhood Education, Environmental Education, Principal, Interaction, Nature.

INTRODUÇÃO

No contexto da Educação Infantil (EI), Tiriba (2010, p. 14) afirma que “as creches podem se constituir como instituições formadoras de inteligências, valores e sentimentos generosos em relação à vida”. A autora indica também que a felicidade pode estar em atividades que estão voltadas para o cuidado das pessoas e da natureza. Para ela, não basta que as crianças aprendam sobre cidadania e democracia: é preciso ensiná-las a cuidar da terra.

Para a autora é imprescindível fazer com que as crianças se conectem à natureza, para que

elas possam desfrutar de um ambiente bonito, arejado, iluminado pelo sol, sugerindo que em dias de muito calor brinquem com água, em grandes bacias ou mangueiras, reinventando os tempos, os espaços e as rotinas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2010, p.137) indicam que as instituições devem “promover a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais”. Dentre os objetivos, as DCNEI (2010, p. 63) propõem a observação e exploração do ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 169) indica que “nos primeiros anos de vida, o contato com o mundo permite à criança construir conhecimentos [...] iniciam o reconhecimento de certas regularidades dos fenômenos sociais e naturais”. O Referencial afirma também que “as crianças vão, gradativamente, percebendo relações, desenvolvendo capacidades ligadas à identificação de atributos dos objetos e seres, à percepção de processos de transformação, como nas experiências com plantas, animais e materiais”. (BRASIL, 1998, p.171).

Alguns estudos têm se dedicado a compreender a questão da interação da criança com a natureza. Elali (2003) concluiu que o discurso das administrações das escolas e dos pais corroboram com um ideal ecológico, inclusive como modo de promover atitudes de cuidado e respeito, no entanto, o que se vê na prática é o afastamento entre criança e natureza.

Mendonça (2012) defende que as mudanças culturais só acontecem a partir de mudanças individuais e que o contato com a natureza, mesmo que em momentos fugazes, resgatam nossa humanidade e nos fazem mais felizes: “se a natureza for aceita como educadora, ela pode se revelar extremamente experiente e eficiente. Ela tem o potencial de promover a ativação de uma energia mental inteiramente nova” (MENDONÇA, 2012, p. 153).

Neste contexto de interação das crianças com a natureza destaca-se a Educação Ambiental (EA) inserida no contexto da Educação Infantil. A EA no Brasil está presente em diversos documentos como a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), o Tratado de Educação para Sociedades Sustentáveis (BRASIL, 1992), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (BRASIL, 2012), dentre outros.

As DCNEI (2010) também indicaram que o desenvolvimento integral das crianças deve ser promovido a partir da articulação de experiências com os saberes das crianças e com os conhecimentos do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Esse documento indica ainda que as práticas pedagógicas em relação à EA devem ser ambientalmente sustentáveis.

AB' Saber (1991) e Tiriba (2010) sinalizaram o caráter holístico e humanista da EA, indicando que ela é influenciada pelas dimensões social, econômica, político-ideológica, portanto, ela não é neutra e sua natureza social e interdisciplinar pressupõe o diálogo como condição para sua efetivação.

Assim, a Educação Ambiental na Educação Infantil, em especial na creche, exerce um papel importante e primordial sobre as novas gerações, entendida como espaço de interações e brincadeiras, vivências e exploração, movimento e criação.

Neste contexto, de aproximação da criança com a natureza, o diretor da creche tem papel essencial, pois cabe a ele atuar na mobilização dos recursos, materiais e humanos, com o intuito de promover o bem-estar, a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, a partir, entre outras coisas, da interação com a natureza. Ele é, de acordo com Fullan (2014), uma liderança em movimento, um agente de mudanças, que aproxima pessoas e recursos materiais, entre outras questões.

Na Educação Infantil seu trabalho deve ser o de um agente facilitador e mediador, um articulador que motiva os profissionais de educação, as famílias e os alunos. Esse profissional tem responsabilidades na organização dos projetos e dos espaços para que as crianças possam interagir com a natureza, valorizar e preservar os recursos naturais, entre outras questões.

Neste contexto, de relevância do processo de interação da criança com a natureza, a partir da observação e da exploração do ambiente, considerando o espaço mais do que um elemento educador, este estudo tem por objetivo analisar a percepção dos diretores escolares e as indicações presentes nos documentos oficiais das escolas sobre a interação das crianças com a natureza, nas creches da cidade de Santo André.

O convívio da criança com a natureza

Vários documentos indicaram a importância da interação da criança com a natureza (BRASIL, 1998; BRASIL, 2010; BRASIL, 2017), entre outros. Um documento publicado pelo MEC, no ano de 1995 (publicado em 2ª edição em 2009), tratando do atendimento em creches (Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças), sugere a avaliação da efetividade do atendimento a partir da formulação de alguns questionamentos e, neste sentido, destaca a relevância da interação com a natureza: A creche procura ter plantas e canteiros em espaços disponíveis? As crianças têm direito ao sol e a brincar com água, areia, argila, pedrinhas, gravetos e outros elementos da natureza? Bebês e crianças passeiam ao ar livre? As crianças aprendem a observar, amar e preservar a natureza e os animais? As crianças têm oportunidade de olhar para fora através de janelas mais baixas? Essas crianças visitam parques, jardins e zoológicos? As famílias são incluídas na programação relativa à natureza? (BRASIL, 2009).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que define as aprendizagens essenciais

para a EI, alicerçada na Constituição Federal, na LDBEN/96, nas DCNEI, no Plano Nacional de Educação, lei 13.005, entre outros, organiza o trabalho da EI em cinco campos de experiências para, neste contexto, possibilitar que a criança se aproxime e interaja com a natureza a partir de vivências ricas, como preceituam AB'Saber (1991), Elali (2003), Tiriba (2010), Mendonça (2012) e Barros (2018).

Brincar na areia, participar de piqueniques à sombra das árvores, pendurar-se nelas, encantar-se com o canto dos pássaros ou com a beleza das flores, tomar banho de chuva, cultivar uma horta, criar uma escultura a partir de um galho e descobrir como a vida se desenvolve são experiências importantes que colocam a criança frente à beleza e os mistérios da vida. [...] a natureza oferece à criança a noção de complexidade e interdependência, valores fundamentais para pensar sua ação no mundo e as próprias relações sociais. (BARROS, 2018, p. 19-20).

De fato, o mundo onde as crianças vivem se constitui em um conjunto de fenômenos naturais e sociais indissociáveis diante do qual elas se mostram curiosas e investigativas. Desde muito pequenas, pela interação com o meio natural e social no qual vivem, as crianças aprendem sobre o mundo, fazendo perguntas e procurando respostas às suas indagações e questões. Como integrantes de grupos socioculturais singulares, vivenciam experiências e interagem num contexto de conceitos, valores, ideias, objetos e representações sobre os mais diversos temas a que têm acesso na vida cotidiana, construindo um conjunto de conhecimentos sobre o mundo que as cercam.

Em estudo realizado em escolas de EI na cidade de Natal, tendo por objetivo investigar o que as escolas ensinam em termos de relações pessoa-ambiente a partir da arquitetura das instituições, Elali (2003) indicou que os

Adultos, sobretudo os pais, embora indiquem a necessidade da natureza estar mais evidente na escola, a condiciona a um controle relativamente severo. Ela deve ser uma natureza "controlada/domesticada": animais presos em gaiolas ou cercados, que não arranhem, brinquem ou tenham odores fortes; areia que não suje nem contenha micróbios; árvores que sombreiem, mas não soltem folhas ou atraiam insetos, e nas quais as crianças não possam subir por uma questão de segurança (ELALI, 2003, p. 315).

Saheb e Rodrigues (2016) defendem que a EA na EI deve buscar, a partir da observação do ambiente em que as crianças estão inseridas, desenvolver o vínculo afetivo entre criança e natureza, e que cabe ao professor de EI a organização de metodologias que superem propostas tradicionais baseadas na aquisição de informações descontextualizadas a respeito da questão ambiental.

Assim, a EI, incluindo aqui mais especificamente a creche, deve, através de metodologias mais significativas, promover a interação com a natureza afim de que as crianças se percebam como parte desta natureza, como propõem AB'Saber (1991), Elali (2003), BRASIL (2009), BRASIL (2010), Tiriba (2010), Mendonça (2012) e Barros (2018), entre outros.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental tem sido uma preocupação constante no Brasil ao longo dos anos. Em um contexto mais específico, na cidade de Santo André, importante município do Grande ABC Paulista, cujo território está 47,7% em área de preservação ambiental, as preocupações com a EA também têm sido grandes por parte de especialistas, legisladores, comunidade em geral e comunidade escolar. O município já conta com uma legislação ambiental bem consistente (quadro abaixo) e com uma política de EA já constituída.

Para Tiriba (2010), as creches se constituem em locais privilegiados para a formação das crianças por meio de conhecimentos e valores relacionados ao cuidado com o outro e com o meio ambiente. A autora enfatiza a necessidade de aproximação das crianças com a natureza para um desenvolvimento saudável e nessa perspectiva, as escolas necessitam reinventar seus tempos, seus espaços e suas rotinas escolares. Trata-se da ideia de criar práticas pedagógicas a partir da interação da criança com a natureza, com a terra, aproveitando, ao mesmo tempo, para discutir com os pequenos as questões do desperdício dos recursos naturais no contexto escolar para fazer com que as crianças se sintam inseridas no meio ambiente, como parte integrante do mesmo, interagindo com a natureza em um cenário em que suas ações e atitudes sejam valorizadas (BRASIL, 2010).

Por que Educação Ambiental na creche?

Documentos como os Critérios para Atendimento em Creches (1995, 2009), RCNEI (1998), DCNEI (1999), BNCC (2017), entre outros, propõem a interação com a natureza como uma forma de desenvolver a consciência para a preservação, no sentido de preservar para garantir a sobrevivência das gerações presentes e futuras e como uma forma de desenvolver novos valores e atitudes.

O RCNEI (1998), afirma que nos primeiros anos de vida o contato da criança com a natureza possibilita que ela construa conhecimentos sobre os fenômenos sociais e naturais. Nesse sentido, as creches se constituem em espaços privilegiados para a construção de conhecimento, valores e atitudes e como preceitua Tiriba (2010, p. 2), o exercício de convívio com o mundo natural possibilitará à criança cuidar de si, dos outros e da Terra. Complementando essa ideia Mendonça (2012, p. 133) acredita que a natureza possa ainda ser para o homem o que é para os índios - “o lugar onde se aprende sobre o significado das coisas, das nossas ações e de nossas vidas”.

Tiriba (2010), Barros (2018) e Dias (2019) insistem que é direito da criança interagir e se encantar com a natureza e que, para tal, a escola é fundamental, uma vez que pode proporcionar aos pequenos atividades como o cultivo de hortas, brincar na chuva, entre outras vivências.

AB’Saber (1991, p.1) entende que a EA começa em casa, passa pela rua, bairro e cidade e atinge a escala planetária; ela exige conhecimento articulado sobre a região (território) e “um entendimento claro sobre a projeção dos homens em espaços terrestres herdados da natureza e da história” (1991, p.1).

AB’Saber (1991, p. 02) sinalizou que:

A Educação Ambiental defende uma somatória de sanidades. Sanidade do ar. Sanidade das águas. Sanidade das coberturas vegetais remanescentes. Sanidade do solo e do subsolo. Uma maior harmonia e menos desigualdades no interior da sociedade. A possibilidade de uma habitação adequada e sadia. Um transporte coletivo menos sofrido. Condições razoáveis no ambiente de trabalho "intramuros". Nas fábricas e oficinas. Um ambiente que ajude a prolongar a vida e o bem-estar de todos os membros da sociedade: crianças, velhos e adultos. (AB'SABER, 1991, p. 02).

Compreendida a partir do enfoque de AB'Saber (1991), a EA é muito mais do que cuidar dos rios, das plantas e dos animais. Trata-se de cuidar de tudo aquilo de que o homem é irremediavelmente dependente, é cuidar da relação com o outro, das relações de produção e das condições de trabalho, é repensar as desigualdades, as relações entre as pessoas, o cuidado consigo e com o outro, é cuidar da alimentação, do sono, do descanso e do lazer. É uma reflexão sobre a vida em sua plenitude, na harmonia do homem com a natureza.

Mendonça (2012), Louv (2014) e Barros (2018), apontam que problemas como obesidade, ansiedade, depressão, entre outros, podem estar diretamente ligados a essa relação de afastamento do homem da natureza e ratificam as ideias de AB'Saber (1991) alertando para o fato de que, sendo o ser humano parte da natureza, ele necessita se reconectar a ela como condição para sua sobrevivência.

Mendonça (2012, p. 138) defende que experiências diretas com a natureza trazem novo sentido a vida humana, abrem espaço para ações criativas e transformadoras e Barros afirma que "o convívio com a natureza na infância, especialmente por meio do brincar livre, ajuda a fomentar a criatividade, a iniciativa, a autoconfiança, a capacidade de escolha" (BARROS, 2018, p.15).

Para Mendonça (2012) o único meio de conhecer bem a natureza consiste na experiência direta com ela. Louv (2012, p. 332) afirma que "não precisamos ser inimigos da tecnologia para perceber a necessidade de mais natureza em nossa vida [...] quanto mais nossa vida se tornar refém da tecnologia de ponta, mais precisaremos da natureza".

Fracalanza (2004) propõe que os anos iniciais da escolarização, sobretudo na EI, são essenciais para a definição do caráter do adulto e sua concepção e prática de cidadania, salientando que "a Educação Ambiental é uma atividade contínua; com caráter interdisciplinar; com um perfil pluridimensional; voltada para a participação social e para a solução de problemas ambientais; visando a mudança de valores, atitudes e comportamentos sociais" (FRACALANZA, 2004).

O Diretor no contexto da Creche.

Luck (2009) atribui ao diretor a tarefa de mobilizar talentos para a articulação de trabalho integrado, criando uma rede interna e externa de interação e colaboração, objetivando desenvolver na escola ações e medidas que a tornem uma comunidade de aprendizagem.

Mesmo considerando as várias dimensões e a complexidade do trabalho do diretor, na EI

alguns aspectos podem contribuir para o desenvolvimento de ações de EA, principalmente na creche. Um desses aspectos compreende a própria natureza da EI que tem como eixos, a interação e a brincadeira, condições básicas para o trabalho com EA.

Documentos produzidos e direcionados à EI, como Critérios para um Atendimento de Qualidade em Creches (BRASIL, 1995), RCNEI (1998), DCNEI (1999) e mais recentemente a BNCC (2017), expressam a necessidade de possibilitar à criança interagir com o meio ambiente em que vive, explorá-lo, conhecê-lo, agir sobre ele, preservá-lo ou transformá-lo se necessário.

Locco e Lemes (2008) afirmam caber ao gestor buscar as inovações e novas práticas pedagógicas, incluindo a formação de professores, dando início a um processo pedagógico coletivo, em uma gestão compartilhada e democrática. De acordo com esses autores “é possível ao gestor construir o conhecimento com todos os envolvidos na comunidade escolar de modo a transformar a realidade, em suas relações poderá encontrar novas verdades e soluções para um ensino de qualidade” (p. 78).

Para Garcia e Miranda (2017), esta formação tem de acontecer também em serviço, no local que os professores atuam e com temas ligados às prioridades pedagógicas e educacionais. Os autores indicam que a formação profissional realizada na escola (em serviço) está atrelada a um conjunto de atividades que devem ser planejadas, organizadas, orientadas e mobilizadas pelo diretor, com o intuito de desenvolver, ou levar o professor a adquirir competências profissionais, que traduzem por habilidades, conhecimentos e atitudes com o foco na responsabilidade social, na transformação e melhoria das práticas profissionais e da escola, na aprendizagem do aluno e no desenvolvimento social. Um processo articulado com o desempenho, monitoramento e avaliação docente. (GARCIA; MIRANDA, 2017).

METODOLOGÍA

Este estudo teve por objetivo analisar as percepções dos diretores escolares e as indicações presentes nos documentos oficiais das escolas sobre a interação das crianças com a natureza, nas creches da cidade de Santo André. Trata-se de um estudo em um município onde parte de seu território está inserido em área de proteção ambiental (47,7% do território) e as escolas de Educação Infantil têm tradição no trabalho com a Educação Ambiental.

A presente pesquisa tem natureza aplicada, assenta-se na abordagem qualitativa e possui caráter exploratório, pois, conforme Gil (2017, p.26), “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”.

Minayo (2002, p. 32) considera que os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, mas se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados não são métricos. Goldenberg (2004, p. 16-17) corrobora com essa ideia ao afirmar que os “pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de

pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza.”

Gerhardt e Silveira (2009, p.32) expõem algumas características da abordagem qualitativa: oposição ao pressuposto de um modelo único de pesquisa para todas as ciências; orientações teóricas e busca de dados empíricos; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores; hierarquização das ações de escrever, compreender e explicar, entre outras.

Com o uso da pesquisa qualitativa, este presente estudo compôs-se de duas fases, que se complementaram. A primeira por uma análise documental, a partir dos Projetos Político-Pedagógicos das creches e das políticas públicas locais de Educação Ambiental da cidade de Santo André. A segunda por entrevistas realizadas com diretores escolares.

Para a seleção das creches, das 39 existentes, optou-se por quatro unidades que se localizam na região mais próxima ao limite com o município de Mauá, que têm em comum áreas de invasão e se situam próximas ao aterro sanitário da cidade. As outras quatro foram selecionadas por localizarem-se em área de proteção ambiental. Acredita-se que com tais critérios será possível compreender a diversidade das indicações dos PPP das escolas e das percepções dos diretores.

Na primeira fase foram apreciados os Projetos Político-Pedagógicos de 8 unidades de creche. Neste contexto, foram utilizadas como referências o trabalho de pesquisadores como Neves (1996, p. 3), que define que “a pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar” e Bardin (1977, p.46) que esclarece que “o objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem”.

Ainda sobre a análise de documentos Garcia (2019) indica que análise de documentos no campo da educação, entre eles, currículos, planejamentos de professores atrelados a curso, aulas, entre outros, necessitam de uma apreciação crítica, tendo em vista a história da educação brasileira, as lutas por uma escola mais justa e para todos.

Na segunda fase, foram entrevistados 19 diretores de creches municipais de Santo André, que concordaram em participar do estudo. Junto a eles foram coletadas informações sobre o perfil (Sexo, Idade, Formação, Tempo de atuação da Rede municipal de Santo André, Tempo como diretor e de atuação na creche atual) e sobre as percepções sobre a interação da criança com a natureza.

Em relação às percepções foram realizadas três questões abertas e uma escala do tipo Likert com 34 itens. Esta escala é um dos instrumentos que as ciências sociais utiliza para compreender um determinado objeto de estudo. Nela optou-se por um sistema de quatro opções, excluindo-se o ponto neutro por se desejar que os entrevistados se posicionassem quanto às questões levantadas.

Os dados da escala foram analisados por meio de uma apreciação qualitativa sobre as porcentagens de respostas. As questões abertas e as informações das entrevistas e das políticas

foram apreciadas com as diretrizes da análise de conteúdo, a partir das indicações de Bardin (1977) e de Flick (2013).

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo compõe-se de três fases. Para esta autora, a primeira atrela-se à pré-análise, a segunda à exploração do material e, a terceira, ao tratamento dos resultados.

Resultados e discussão: o que sinalizam os documentos oficiais e as percepções dos diretores.

Os dados são apresentados inicialmente a partir do perfil dos diretores. Em seguida são mostrados aqueles provenientes dos documentos e, por fim, as análises das percepções dos diretores.

As 19 diretoras que participaram deste estudo são do sexo feminino, estão na faixa etária de 31 a 57 anos, formadas em pedagogia, todas pós graduadas. Dezesesseis participaram de formações na área de gestão nos últimos três anos, 10 participaram de formação específica na área de Educação Ambiental e 14 indicaram que em suas unidades escolares foram realizadas algum tipo de formação sobre EA nos últimos três anos. Quanto ao tempo de serviço na Rede municipal, oito diretoras estavam há mais de 20 anos, sete a mais de 10 anos e quatro a mais de 4 anos.

O grupo que participou deste estudo é formado por profissionais, em grande medida, em vias de se aposentar, o que pode se constituir em um sólido desafio para a secretaria de educação de Santo André, pois a experiência profissional, em geral, possibilita reflexões sobre, entre outras questões, a gestão escolar e o trabalho pedagógico. (GARCIA et al, 2016).

Com a aposentadoria dessas diretoras, a função poderá ser ocupada por docentes (diretoras) com menor experiência profissional, o que exigirá da secretaria de educação um maior investimento na formação desses novos gestores, pois quando um profissional se aposenta:

um corpo de conhecimentos práticos, experiências de resolução de problemas e conflitos e formas de gerenciamento da escola, entre outros. Conhecimentos e experiências que são adquiridos e desenvolvidos na prática por meio da ação e da reflexão e que não são passíveis de serem alcançados na formação inicial (GARCIA et al, 2016, p. 103).

O conjunto de diretoras analisado apresentou formação acadêmica que pode ser considerada alta. Neste caso, seis delas possuíam mestrado ou doutorado concluídos ou em andamento, o que pode ser interpretado como algo positivo dentro do contexto escolar, uma vez que a formação se mostra condição indispensável para qualidade da educação.

Dentre as diretoras entrevistadas, 15 estavam na Rede municipal de Santo André há mais de dez anos e todas atuaram em sala de aula antes de assumir a função de diretora, cujo acesso ocorre, inicialmente, mediante manifestação de interesse e, depois, por prova escrita e entrevista. Tal experiência, conforme aponta Garcia et al (2018, p. 103), em estudo realizado na região do ABC

Paulista, se revela importante para, entre outras questões, o trabalho com a Gestão Democrática.

No entanto, apesar de certa experiência na Rede Municipal constatou-se também, a partir das informações coletadas, alta rotatividade na função, o que pode se constituir outro desafio, pois o conhecimento da escola e de seu entorno também são fatores que contribuem para formação de vínculos na escola, aspecto importante para o trabalho.

A análise dos documentos: os projetos político-pedagógicos

Na análise dos Projetos Político-Pedagógicos das oito creches, observou-se que a construção dos documentos era realizada anualmente e que eles apresentavam uma estrutura pouco flexível, a partir de uma caracterização dos diferentes segmentos (comunidade escolar, famílias, educadores, educandos, equipe de apoio pedagógico, equipe de apoio administrativo, equipes de apoio a unidade escolar, conselho de Escola, Conselho Mirim, entre outros), e um quadro de ações pertinentes a cada um desses segmentos.

Nesses documentos, as equipes das creches descrevem as características da infância, entre outras, aquelas atreladas à sinceridade, ao afeto, à curiosidade, à imaginação, à fantasia e à ludicidade. No PPP-2 foram encontradas ideias que corroboram com Tiriba (2010), que afirma que as creches podem ser instituições formadoras de inteligências, valores e sentimentos generosos em relação à vida.

Tais características, inerentes à infância e inscritas neste documento (PPP-2), estão de acordo com as proposições de pesquisadores como Tiriba (2010), Mendonça (2012), Barros (2018), Dias (2019), entre outros, que defendem o direito da criança de brincar, de explorar a natureza, de se encantar e com isso construir conhecimentos.

Os documentos trazem também a necessidade da parceria creche-família e de formação continuada. O PPP-5 indica que as reuniões pedagógicas semanais têm por objetivo a formação continuada, visando à reflexão e à discussão das práticas, “qualificando assim as intervenções nas diversas áreas de conhecimento, para elaboração e acompanhamento de projetos coletivos, troca de experiências, discussão sobre as necessidades de alunos e professores, busca de solução para os desafios enfrentados no ambiente escolar”. (PPP-5, p. 25).

Os PPP apresentam alguns objetivos comuns como explorar o ambiente; estabelecer contato com a natureza; vivenciar situações onde possa explorar e conhecer o meio que o cerca; relatar transformações observadas em materiais, animais, pessoas ou no ambiente; utilizar elementos da natureza em suas experiências; explorar movimentos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, histórias, objetos e elementos da natureza; conscientizar a comunidade sobre a importância dos cuidados com o meio ambiente; propiciar a observação, exploração e interação com objetos e com o meio ambiente; observar e explorar o ambiente através do contato e de pesquisas visando também a valorização de atitudes que contribuam para a conservação do mesmo; explorar

suas habilidades físicas, motoras e perceptivas.

Para se alcançar esses objetivos, os PPP trazem como conteúdo: o meio ambiente; o mundo físico e social; a natureza; os recursos naturais; as características dos animais; os cuidados necessários na preservação do meio ambiente e os fenômenos da natureza.

Os PPP trazem ainda algumas ações para trabalhar esses conteúdos: planejamento de atividades que favoreçam o contato com o meio ambiente; observação da paisagem; momentos de contato com a natureza; realização de uma campanha para o destino consciente do lixo; divulgação e efetivação do Programa Junte Óleo; conscientização da comunidade quanto à importância da preservação do meio ambiente.

Embora todos os PPP tragam reflexões, considerando a importância do espaço físico para o desenvolvimento das crianças e se explicita uma preocupação em caracterizar esse espaço, ao realizar levantamento dos objetivos, conteúdos e ações presentes nos PPP, relacionados à EA, é possível avaliar que a interação com a natureza é tratada como um meio para o desenvolvimento de um conteúdo específico, previamente selecionado pelo professor. Neste contexto, os objetivos propostos sugerem a natureza como um recurso para que as crianças e as famílias aprendam a preservar.

Os PPP faziam menção para uma formação em Educação Ambiental, todavia a perspectiva adotada atrelava-se à preservação dos recursos. Tal constatação vai ao encontro do que afirmam Saheb e Rodrigues (2016) que sinalizaram que embora os documentos escolares apontem para um trabalho interdisciplinar na Educação Ambiental, as práticas ainda estão muito centradas na reutilização de materiais para confecção de brinquedos e no plantio de hortas, em uma visão preservacionista.

Neste contexto, apenas em um documento é mencionado de forma direta à interação da criança com a natureza (PPP-7). O documento indica que “a localização geográfica da escola é privilegiada para uma concepção de educação pautada na interação de crianças com o meio ambiente e numa sociabilização mais humana” (PPP-7, p.16).

O PPP-7 sinalizou uma preocupação em relação à interação das crianças com a natureza. Neste documento havia a indicação que as atividades externas, muitas vezes, não ocorriam, pois as praças apresentavam grande quantidade de lixo e sujeira.

Sintetizando a análise dos documentos das escolas, os PPP, constatou-se objetivos comuns a Educação Ambiental, conteúdos e ações para se alcançar esses objetivos. No entanto, embora os PPP apresentem os objetivos e conteúdo para a interação da criança com a natureza, as propostas funcionam como um meio para o desenvolvimento de um conteúdo específico e, ao mesmo tempo, a natureza é vista em uma perspectiva mais protecionista.

De fato, um estudo do OBDUCGABC (2016) havia relevado este caráter protecionista nos

documentos de outro município da mesma região: o grande ABC (São Caetano do Sul), estado de São Paulo. Mas, este presente estudo encontrou um outro efeito, de similaridade mais procedimental. A interação das crianças com a natureza era utilizada como um meio para se dar conta de um conteúdo.

Percepções das diretoras

As diretoras que participaram deste estudo foram entrevistadas e preencheram uma escala tipo Likert desenhada para captar suas opiniões sobre a interação das crianças com a natureza no município. Os dados mostraram a percepção das diretoras sobre: 1) os espaços no município de Santo André para a interação das crianças com a natureza; 2) o papel das famílias, professores e gestores; 3) os espaços de vivências na creche.

Todas as diretoras apontaram ter conhecimento sobre a existência de uma Escola de EA no município, concordando também que conhecem, mesmo que parcialmente, os recursos da cidade para o trabalho de interação das crianças com a natureza. As diretoras foram unânimes em reconhecer que Santo André tem espaços que possibilitam tal interação. Todavia, um pouco mais de 20% discordaram, total ou parcialmente, sobre a cidade ter uma política de EA.

Quanto à percepção das diretoras sobre a participação da família, professores e gestores na interação da criança com a natureza, os dados apontam que na totalidade, as diretoras concordaram que a parceria com as famílias é importante nas atividades que envolvem a interação da criança com a natureza. De fato, as DCNEI (2010) já sinalizavam nesta direção.

As diretoras indicaram também (84% concordam) que cabe aos professores e aos diretores (78%) pensar e propor ações que possibilitem a interação da criança com a natureza. Pesquisadores como (THULLER, 2001; GARCIA, 2010; FULLAN, 2014) corroboram com as indicações dessas diretoras ao afirmarem que o diretor é um agente de mudanças, uma liderança em movimento (FULLAN, 2014).

Quanto às vivências na creche, no que diz respeito à interação da criança com a natureza, a tabela 1 sintetiza alguns dados coletados:

Tabela 1

Vivências na creche

Item	Considerando sua atuação como diretora de creche municipal de Santo André nos três últimos anos:	Concordo parcial ou totalmente
I04	Na creche onde você atua, a Educação Ambiental está presente nas vivências e projetos desenvolvidos junto às crianças	84%
I05	Na creche em que você atua as crianças têm contato com a natureza rotineiramente	64%
I06	Quanto à Educação Ambiental, na creche, o aspecto mais importante a ser trabalhado relaciona-se ao uso racional da água	62%

I07	Quanto à Educação Ambiental, na creche, o aspecto mais importante relaciona-se a coleta seletiva	73%
I08	Quanto à Educação Ambiental, na creche, o aspecto mais importante a ser trabalhado relaciona-se a interação da criança com a natureza	90%
I09	Quanto à Educação Ambiental, na creche, o aspecto mais importante a ser trabalhado relaciona-se ao cultivo de horta como forma de promover o contato da criança com a natureza	68%
I10	Na creche onde atuo as crianças brincam nos espaços externos com frequência	89%
I11	Na creche onde você atua as crianças brincam com água	73%
I12	Na creche onde você atua as crianças brincam com terra	57%
I13	Na creche onde você atua as crianças brincam com areia	67%
I21	As crianças são estimuladas a observar, amar e preservar a natureza	95%

Fonte: Elaborado pela autora.

Contudo, ao serem indagadas sobre os espaços onde essas vivências ocorreriam, as diretoras indicaram que há espaços para as crianças se movimentarem livremente nas creches, no entanto, em muitas unidades há a ausência de elementos da natureza. Neste sentido, parece haver uma contradição entre as respostas das diretoras, pois, por um lado, elas concordaram que na creche as crianças são estimuladas a observar e preservar a natureza, por outro, sinalizaram que havia falta de elementos básicos como, espaços gramados, árvores, areia e terra.

Como sugere Mendonça (2012), mesmo com a ausência de elementos básicos, é possível levar as crianças a interagir com a natureza, se não há espaço para horta pode-se ter floreiras. Dias (2019) sugere o simples exercício de sair ao sol e sentir as sensações que este provoca no nosso corpo, de aquecimento ou formando sombras, já possibilita inúmeras indagações.

A creche é considerada por 84% das diretoras como espaço privilegiado para promover o contato com a natureza. A cidade de Santo André, na opinião de todas as profissionais entrevistadas, possui espaços que possibilitam esse contato (Parque Escola apontado por 94% das participantes).

Quanto às dificuldades para realização de ações relativas à interação da criança com a natureza, as diretoras relataram: a concepção do educador; falta de sensibilidade, de planejamento, de interesse e de conhecimento; necessidade de formação continuada para as professoras; ter um espaço para criar uma horta e a falta de terra para abastecer os canteiros; dificuldade de acesso ou falta de espaço para exploração; presença de animais peçonhentos no entorno das creches, que ficam em área de manancial, animais esses que às vezes invadem o espaço interno das unidades.

De fato, Silva (2016) tinha apontado algumas dificuldades para se implementar uma cultura de Educação Ambiental para a interação da criança com a natureza, como a falta de tempo para aprimorar a teoria e ressignificar a prática, entre outras questões.

Quanto ao papel dos professores nas ações relativas à interação da criança com a natureza,

as diretoras indicaram que este tem de estar atrelado ao planejamento de ações na preparação do ambiente e de atividades envolvendo as diferentes linguagens; à realização de intervenções e mediação; à promoção de momentos de exploração e de experiências; ao encantamento das crianças; à busca por despertar o interesse e a participação das crianças.

Em geral, para as diretoras a interação da criança com a natureza é importante e ocorre cotidianamente na creche. Todavia, elas sinalizaram a ausência de espaços para promover essa interação. Elas reconhecem também a cidade como possibilidades para a interação das crianças com a natureza. Essas profissionais concordaram que a parceria com as famílias para a interação e indicaram que cabe aos professores e aos diretores pensar e propor ações que possibilitem a interação.

Quanto às dificuldades para realização de ações relativas à interação da criança com a natureza, as percepções podem ser agrupadas em duas categorias: aquelas relativas à escola (ausência de um espaço adequado, falta de terra para abastecer os canteiros, presença de animais peçonhentos no entorno das creches), aquelas relacionadas aos professores (a concepção do educador, falta de sensibilidade, necessidade de formação continuada para as professoras, de interesse e de conhecimento para planejamento).

Quanto ao papel dos professores, as percepções podem ser agrupadas em três grupos: preparação (planejamento e criação de atividades), motivação (encantamento das crianças; despertar o interesse e a participação das crianças) e mediação (realização de intervenções).

CONCLUSIONES

Este estudo analisou as percepções dos diretores escolares e as indicações presentes nos documentos oficiais das escolas sobre a interação das crianças com a natureza, nas creches da cidade de Santo André.

Os documentos analisados continham elementos que indicavam a interação das crianças com natureza, todavia de forma mais subentendida do que explícita. Neste contexto, a interação era vista como um elemento pedagógico procedimental, um meio para se dar conta de um conteúdo. Tal situação pode indicar que embora as discussões sobre o caráter da Educação Infantil tenham avançado bastante, no que diz respeito à interação das crianças com a natureza um caráter mais utilitarista e conteudista têm sido predominantes, o que requer discussões entre os profissionais e a necessidade de formação continuada para mudar esta tradição.

Nas percepções das diretoras foi encontrada certa contradição. Elas, por um lado, sinalizaram que a interação da criança com a natureza é fundamental e que acontecia cotidianamente na creche, por outro, indicaram a falta de espaços para promover essa interação.

No trabalho para promover a interação das crianças com a natureza, as diretoras indicam como papel principal dos professores três ações que se complementam, quais sejam: planejamento

das atividades, despertar o interesse das crianças e mediar as interações.

A análise das dificuldades para realização de ações relativas à interação da criança com a natureza trouxe elementos, indicado pelas diretoras, circunscritos no âmbito da escola e dos professores. No âmbito da escola, as dificuldades dizem respeito à falta de espaço ou a dificuldade de acesso aos espaços. No âmbito dos professores as dificuldades estão relacionadas as concepções e formação desses profissionais.

REFERENCIAS

- Ab'Saber, A. N. (1991). *(Re)Conceituando Educação Ambiental*. Recuperado em março de 2019, de http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/AbSaber_Reconceituando.pdf.
- Alves, A. P., & Saheb, D. A Educação Ambiental na Educação Infantil. [projeto de pesquisa] In: *XI Congresso Nacional de Educação –Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Anais Curitiba. EDUCERE.*, (2013, 23 a 26 de setembro). pp. 30025-30032
- Barros, M. I. A. (2019). *Desemparedamento da Infância: A escola como lugar de encontro com a natureza*. Rio de Janeiro, Instituto Alana. Recuperado em março de 2019 de <https://criancaenatureza.org.br/noticias/desemparedamento-da-infancia-escola-como-lugar-de-encontro-com-natureza/>
- Base Nacional Comum Curricular* de 20 de Dezembro de 2017. Brasília, (2017). Recuperado em setembro de 2018 de basenacionalcomum.mec.gov.br.
- Cabral, A., & Nick, E. (2006). In: *Dicionário Técnico de Psicologia*. (14.ed.) São Paulo: Cultrix.
- Coco, V., & Galdino, L. (2018). O trabalho dos gestores nas instituições de Educação Infantil. *RBP AE – 34* (1), pp. 289 - 309, jan./abr. Recuperado em abril de 2019 de <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/75993/48889>.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília (1988). Recuperado em fevereiro de 2019 de www.planalto.gov.br.
- Costa, P. M., & Gebara, M. J. F. Os Gestores Escolares e Suas Concepções de Educação Ambiental: Relações e Implicações nas Práticas em Sala de Aula. [pesquisa] (2017, septiembre) In: *X Congresso Internacional Sobre Investigación en Didáctica de Las Ciencias*. Anais Sevilla, número extra, pp 5-8.
- Couto, A. R. O., & Viveiro, A. (2018). *A. Educação Ambiental e Educação Infantil: dialogando com as crianças sobre os impactos ambientais do consumismo*. ISSN 1678-0701 · Volume XX, Número 75 · Junho-Agosto/2021. Recuperado em março de 2019 de <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3070>.
- Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças*. Brasília, (2009). 2 ed. Recuperado em março de 2019 de <http://portal.mec.gov.br>.
- Dias, G. F. (2019). *Encontro de Educação Ambiental como projeto: Reflexões e Práticas*. In: Encontro de Educação Ambiental do Serviço Municipal de Água e Saneamento Ambiental - SEMASA. 11 e 12 de novembro.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil*. Ministério da Educação - MEC, Brasília (2010). Recuperado em março de 2019 de <http://portal.mec.gov.br>.

- Elali, G. A. (2003). O ambiente da escola: uma discussão sobre a relação escola - natureza em educação infantil. *Estud. Psicol.* Natal, 8 (2). Recuperado em março de 2019 de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/19047.pdf>.
- Fracalanza, H. (2004). As pesquisas sobre educação ambiental no Brasil e as escolas: alguns comentários preliminares. In: J.E. Taglieber, y A.F.S Guerra,. (org.) *Pesquisa em Educação Ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental*. (pp. 55-77) Pelotas: Editora Universitária/ UFPel, Recuperado em março de 2019 de http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Biologia/Artigos/pesquisa.pdf.
- Garcia, P. S, Garrido, E. L., & Marconi, J. (2017). *Um estudo sobre a infraestrutura da educação infantil da região do grande ABC Paulista. Holos (Natal. Online)*, 1, pp. 139-154.
- GARCIA, P. S. (2019). A Pesquisa em Educação a partir do uso de Méddodos Mistos. In.: *Observatório de Educação do Grande ABC. Relatório técnico do primeiro trimestre*.
- Garcia, P. S. et al. Diretores de escola e gestão democrática na região do abc paulista.(2016) *Revista on line de Política e Gestão Educacional*. 20 (1), jan. abr.. Recuperado em 12 de maio de 2020 de <https://periodicos.fclar.unesp.br/>.
- Garcia, P. S., Costa, V. R., & Zanutto, M. V. (2018). Diretores e Gestão Democrática: participação da comunidade na escola. *Horizontes*, 36.(1), pp. 183-195, jan./abr. Recuperado em março de 2019 de <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i1.386>
- Garcia, P.S. (2010). *Inovações e Mudanças: Porque elas não acontecem nas escolas?* São Paulo: LCTE.
- Gil, A.C. (2017). *Como Elaborar Projetos de pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas.
- Lei 9.738, de 22 de setembro de 2015*. Política Municipal de Educação Ambiental de Santo André Câmara Municipal de Santo André, São Paulo. Recuperado em julho de 2018 de www.semasa.sp.gov.br.
- Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981*, Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília (1981). Recuperado em março de 2019 de <http://www2.mma.gov.br>.
- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Recuperado em fevereiro de 2019 de <http://www.planalto.gov.br>.
- Lei nº 7.733/1998 de 14 de outubro de 1998*. Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental. Câmara Municipal de Santo André, São Paulo. Recuperada do Diário do Grande ABC em 15 de outubro de 1998, (Cad. Class. Pág.20). Recuperado em março de 2019 de <http://www.cmsandre.sp.gov.br>.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Ministério da Educação, Brasília (1996). Recuperado em fevereiro de 2019 de portal.mec.gov.br
- Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999*. Política Nacional de Educação Ambiental. Recuperado em março de 2019 de <http://www2.mma.gov.br>.
- Locco, L. A., & Lemes, M. G. B. (org.) (2008). *A Dimensão Pedagógica do Trabalho do Gestor da Escola Pública de Educação Básica*. Curitiba. Recuperado em setembro de 2019 de <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>.

- Louv, R. (2014). *O Princípio da Natureza: Reconnectando-se ao Meio Ambiente na Era Digital*. São Paulo: Cultrix, 1. ed.
- Luck, H. (2009) Dimensões da Gestão Escolar e suas competências. Curitiba. Ed. Positivo. Recuperado em fevereiro de 2019 de <https://www.anpae.org.br/XXVIIIISIMPOSIO/publicacao/AnaisXXVIIIISimposio2017>.
- Ludke, M., & André, M. E.D.A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 99 p. Recuperado em fevereiro de 2019 de <https://edisiplinas.usp.br>.
- Mendonça, R. (2012). *Meio Ambiente e Natureza*. São Paulo, Ed. Senac.
- Monção, M. A. G. (2013). *Gestão democrática na educação infantil: o compartilhamento da educação da criança pequena*. 269 f. Tese de Doutorado em Educação inédita. Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em março de 2019 de <http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n157/1980-5314-cp-45-157-00652.pdf>.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. São Paulo. Caderno de Pesquisa em Administração. 1 (3). Recuperado em abril de 2019 de http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/arquivos/15482/2195/artigo_sobre_pesquisa_qualitativa.pdf.
- Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil*. Ministério da Educação – MEC, Brasília V. 1 e 3, (1998). Recuperado em fevereiro de 2019 de <http://portal.mec.gov.br>.
- Saheb, D., & Rodrigues, D. G. A. (2016). Educação Ambiental na Educação Infantil: limites e possibilidades. *Cad. Pesq.*, São Luís, 23 (1), jan./abr. Recuperado em março de 2019 de www.periodicoseletronicos.ufma.br
- Silva, A. C. N. (2015). *Educação Ambiental e Políticas Públicas nas Dissertações e Teses de Educação Ambiental no Brasil: Análise dos Processos de Elaboração e Implementação*. Recuperado em setembro de 2019 de <http://www.athena.biblioteca.unesp.br>.
- Silva, P. M. S., Santana, E. E., Peres, M. C. L., & Cerqueira, M. B. (2012). Práticas de Educação Ambiental nas escolas – contextualização, Vertentes, Dificuldades e Alternativas. *Revista Educação Ambiental em Ação*. 41, Ano XI, set/nov. Recuperado em março de 2019 de www.revistaea.org.
- Silva, S. G. (2016). Educação Ambiental Escolar: Estudando Teorias e Visualizando Iniciativas Realizadas no Colégio Módulo em Juazeiro de Norte –. Fortaleza, Ceará. *Geosaberes*, 6 (3), pp. 16-26. Recuperado em abril de 2019 de www.geosaberes.ufc.br
- Tiriba, L. (2010). Crianças e Natureza. In: *Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais*. Belo Horizonte, novembro. Recuperado em março de 2019 de <http://portal.mec.gov.br>